

Economia + Brasil

Real pode sobreviver sem ajuste, diz Franco

CORREIO BRAZILIENSE

06 DEZ 1995

Sandro Silveira

Da equipe do Correio

O Plano Real pode sobreviver vários anos sem ajuste fiscal — equilíbrio entre receitas e despesas nas contas do governo. A afirmação é do diretor da Área Externa do Banco Central (BC), Gustavo Franco.

Ele citou Che Guevara para explicar que o governo está utilizando tática de guerrilha na administração do Plano.

Foi a primeira vez que um dos “-pais” do plano admitiu que esse ajuste não é tão essencial e urgente para o sucesso da atual fase do programa de estabilização.

A afirmação foi feita na “Reunião com Adidos e Conselheiros Financeiros”, promovida pelo Itamaraty, no Centro de Treinamento do Banco do Brasil.

Resposta — Ele respondeu à adida da Embaixada dos Estados Unidos, Shari Villarosa, sobre quando o Real passaria a ser sustentado (ancorado) pelo ajuste fiscal.

Ela perguntou quanto tempo podem durar as atuais âncoras monetária e cambial, que estão garantindo êxito ao plano mas que também geram de-

sequilíbrios dentro da economia.

O principal deles envolve os juros altos, usados para tirar dinheiro da economia, de forma que ele não vá para o consumo, gerador de inflação, mas para aplicações financeiras, aumentando a dívida do Tesouro Nacional.

Em resposta, apimentada com fina ironia, Franco citou como exemplo o governo Ronald Reagan.

“Havia déficit público (gasto superior à arrecadação) e âncora monetária, com taxas de juros muito altas, reduzindo o investimento do setor privado. Durou oito anos, apesar de ser inconsistente”. O Real tem um ano e meio.

Aqui, o governo gasta mais do que arrecada e emite títulos, pagando juros altos para captar dinheiro junto à iniciativa privada e, assim, cobrir o déficit.

A dívida do governo aumenta e é necessário emitir mais títulos, com juros mais altos, para pagá-la. A médio prazo, isso gera inflação.

“Podemos ficar com essa inconsistência durante muito tempo, enquanto resolvemos os problemas pela via democrática” — submetendo projetos de reformas à aprovação do Congresso Nacional —, concluiu Gustavo Franco.